



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

PARECER Nº 210/2023 *Vencido*

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROCESSO Nº: 328/2023

RELATOR (A): Deputada Fátima Canuto.

Chega-nos para relatar, o Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Ronaldo Medeiros que tramita nesta casa sob o número **172/2023** e que **“ACRESCENTA À LEI Nº 6.276/2021 PARÁGRAFO QUE DISPÕE SOBRE O INTERSTÍCIO PARA EFEITO DE PROGRESSÃO HORIZONTAL DE CLASSE”**.

O Projeto foi submetido à análise da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração de parecer, cabendo a esta comissão apenas analisar a legalidade e constitucionalidade da matéria, ficando a análise de mérito para a Comissão Temática ou para o Plenário.

Em análise, o Projeto de Lei não possui vício constitucional ou de iniciativa, tendo qualquer membro do Legislativo, legitimidade para propor o presente, de acordo com o caput do art. 86 da Constituição Estadual, uma vez que apenas traz a instituição de diretrizes, não havendo interferência direta na organização administrativa e nos serviços públicos ou mesmo no pessoal de administração do Poder Executivo.

Reforça-se que, quanto ao que cabe a esta Comissão Analisar, a propositura não possui qualquer vício ou inconstitucionalidade, se fazendo necessária correção da redação, por meio de emenda modificativa, em



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

observância aos princípios do art. 10 da Lei complementar 95 de 26 de fevereiro de 1998.

CONCLUSÃO


Diante dos fundamentos baseados na constitucionalidade e juridicidade, entendo que o **Projeto de Lei 172/2023 DEVE SER APROVADO, com a emenda modificativa em anexo.**

É o parecer.

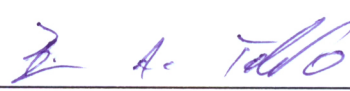
Sala das Comissões Deputado José de Medeiros Tavares da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió, 26 de ABRIL de 2023.

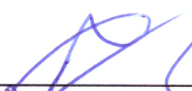



PRESIDENTE



RELATOR

 (contras)

 (contras)

 (contrário)



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

**EMENDA MODIFICATIVA Nº ____/2023
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 172/2023**

Altere-se a Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 172/2023, que passa a ter as seguintes redações:

ALTERA A LEI 6.276/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei 6.276/2021, de 11 de outubro de 2021, passa a vigorar acrescido do parágrafo 7º, com a seguinte redação:

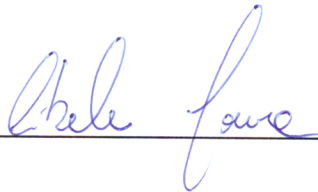
“Art. 7º - [...]”

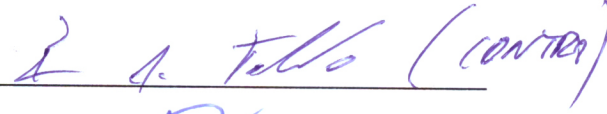
§ 7º - Será contado como interstício, para efeito de progressão horizontal de classe, o tempo de serviço prestado em atividades de natureza policial dos agentes de segurança pública e de ressocialização do Estado de Alagoas, a saber: policiais militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e policiais penais.”

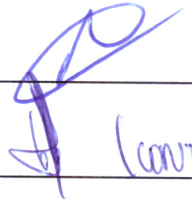
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com a eficácia do disposto no § 7º do art. 7º, retroagindo ao tempo da prestação de serviço.

Sala das Comissões Deputado José de Medeiros Tavares da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió, 26 de ABRIL de 2023.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual



 (contra)

 (CONTRÁRIO)
